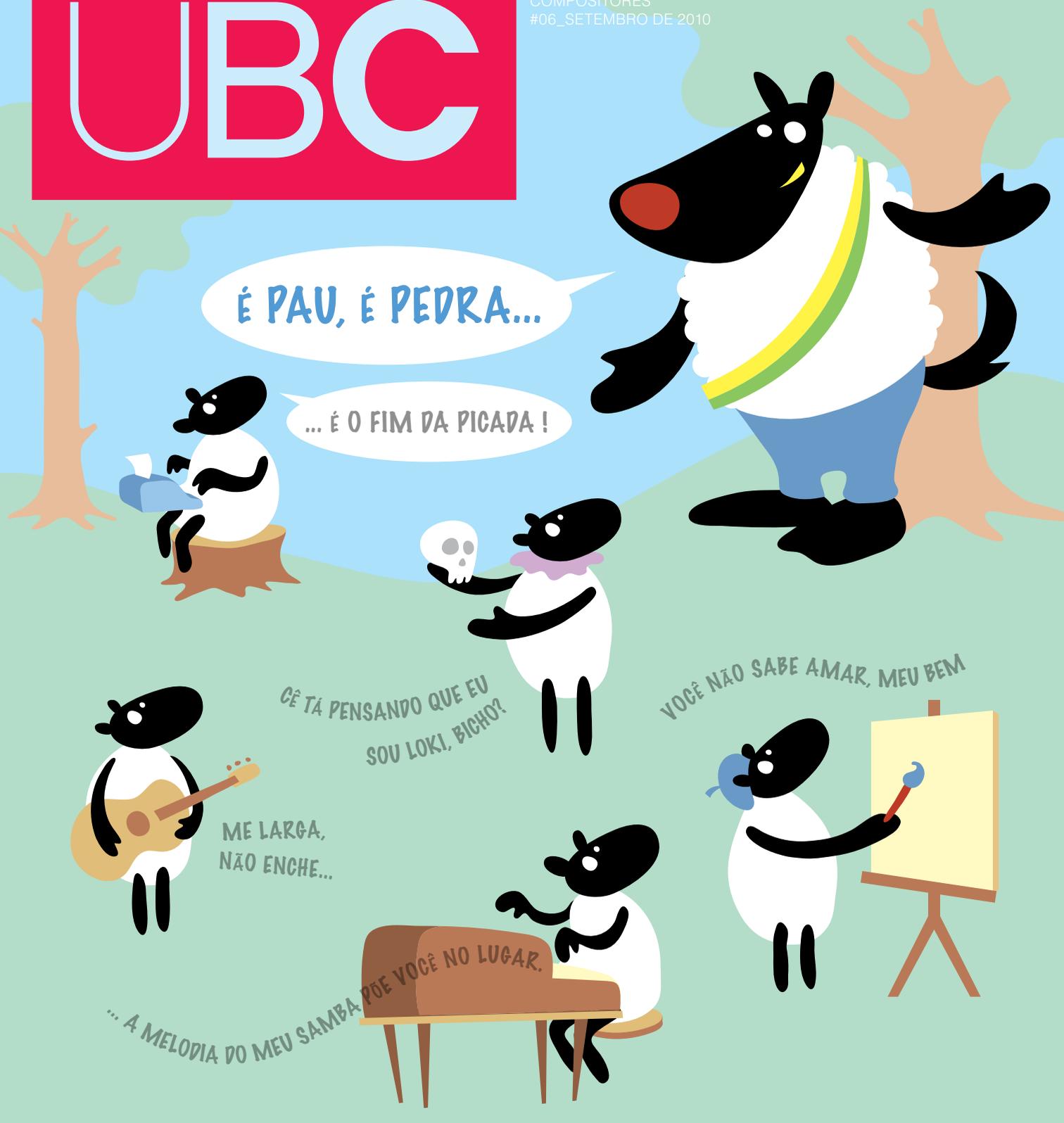


UBC

REVISTA DA
UNIÃO BRASILEIRA DE
COMPOSITORES
#06_SETEMBRO DE 2010



É PAU, É PEDRA...

... É O FIM DA PICADA !

CÊ TÁ PENSANDO QUE EU
SOU LOKI, BICHO?

VOCÊ NÃO SABE AMAR, MEU BEM

ME LARGA,
NÃO ENCHE...

... A MELODIA DO MEU SAMBA POE VOCÊ NO LUGAR.

**DONA MÚSICA BRASILEIRA
NÃO PEDIU, NÃO PRECISA E NÃO QUER
A INTROMISSÃO DO ESTADO
NA SUA VIDA PRIVADA**

...COMO VAI ABAFAR NOSSO CORO A CANTAR NA SUA FRENTE?

ISSN 2176153-1
EST 422
N SSI
9 772176 153002

UBC NA DIREÇÃO DA CISAC

EM MAIS UMA CONQUISTA EM SUA LONGA HISTÓRIA DE LUTA EM DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE ARTÍSTICA, A UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES (UBC) FOI ELEITA EM JUNHO PARA FAZER PARTE DA MESA DE DIRETORES DA CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIEDADES DE AUTORES E COMPOSITORES (CISAC).

A VOTAÇÃO FOI REALIZADA DURANTE A ASSEMBLEIA GERAL DA CISAC, EM BILBAO, NA ESPANHA.

A CONFEDERAÇÃO, AGORA, REPRESENTA 229 SOCIEDADES DE AUTORES EM 121 PAÍSES.

WWW.UBC.ORG.BR
WWW.CISAC.ORG



EDITORIAL

A lei autoral brasileira nasceu de uma ampla discussão, entre todos os interessados, por mais de dez anos. É uma lei produto de consenso: moderna, prevê as novidades que viriam, e estão aí, do mundo digital. Perfeita, nenhuma lei é, mas a nossa foi acolhida e está sendo aplicada pelos tribunais e juizes de todo o país. Nela, os autores e suas criações predominam. Nossos direitos são conquista da civilização contra a barbárie e estão inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em nossa Constituição cidadã. Nos últimos sete anos, o Ministério da Cultura vem ameaçando com mudanças irresponsáveis, injustificáveis e inconstitucionais. Contra os autores, contra a indústria cultural e os melhores juristas. Estamos atentos e alertas contra quem deveria defender a cultura e, logo, os autores.

Fernando Brant



REVISTA DA
UNIÃO
BRASILEIRA DE
COMPOSITORES
#06_SETEMBRO DE 2010

-  04 : NOVIDADES NACIONAIS
-  06 : INTERNACIONAIS
-  07 : FIQUE DE OLHO
-  08 : CASUARINA **ENTREVISTA** WILSON MOREIRA
-  10 : MERCADO **SERTANEJO**
-  12 : CAPA **LEI DO DIREITO AUTORAL**
-  17 : PERFIL **FRANCISCO MALFITANO**
-  18 : NOVA DIRETORIA
-  20 : ENTREVISTA **WILL PAGE**
-  22 : QUEM É QUEM NA UBC?

A **Revista UBC** é uma publicação da União Brasileira de Compositores, uma sociedade sem fins lucrativos que tem como objetivos a defesa e a distribuição dos rendimentos de direitos autorais e o desenvolvimento cultural. | **Diretoria:** Fernando Brant (presidente), Abel Silva, José Antônio Perdomo, José Loureiro (in memoriam), Manoel Nenzinho Pinto, Ronaldo Bastos e Sandra de Sá. | **Diretora-executiva:** Marisa Gandelman | **Coordenação editorial:** Elisa Eisenlohr | **Projeto gráfico, diagramação e ilustrações:** 6D | **Editores:** Ana Lúcia Borges (MTB 29.221) | **Editora-assistente:** Júlia Dias Carneiro | **Colaboradores:** Aline Coelho, Helena Aragão, Silvio Essinger, Thais Britto. | **Créditos de versos da capa:** "É pau, é pedra..." (Tom Jobim). "É o fim da picada!" (Tom Jobim). "Cê tá pensando que eu sou loki, bicho?" (Araldo Baptista). "Me larga, não enche..." (Caetano Veloso). "A melodia do meu samba põe você no lugar" (Caetano Veloso). "Você não sabe amar, meu bem" (Dorival Caymmi, Carlos Guinle e Hugo Lima). "... Como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente?" (Chico Buarque). | Distribuição gratuita. | **Tiragem:** 5.000 exemplares



NOVIDADES NACIONAIS

ELE É O BOM, É O BOM, É O BOM...

Por Thaís Britto

Talvez você não se lembre, logo de cara, do nome do mineiro Eduardo Araújo. Mas e se dissermos que ele tem um carro vermelho e não usa espelho para se pentear? O cantor e compositor, que completa 50 anos de carreira em 2011, é autor de "O Bom" e de vários outros grandes sucessos da Jovem Guarda. Parte de sua trajetória foi construída ao lado de Sylvinha, sua esposa, que morreu em 2008. Da Jovem Guarda, ele passou pelo soul (seu disco "A Onda É o Boogaloo", de 1968, produzido por Tim Maia, deu o pontapé inicial do gênero no Brasil), pelo country e até pelo progressivo. E vem mais novidade por aí, como o lançamento do livro "Pelos Caminhos do Rock", do jornalista Okky de Souza, sobre sua vida e carreira. E mais uma série de shows. Ele é mesmo o bom.

Como anda a carreira? Faço normalmente uns quatro shows por mês, e esse número até deve aumentar. As pessoas pensam que eu sumi, mas é porque não atinjo a mídia mais popular. Quem vai ao meu show é para me ouvir, e não pela cerveja, o oba-oba, a namorada. Vou participar ainda do programa "Ídolos", do SBT, e estou, como intérprete e compositor, na abertura da série

"Separação", da Rede Globo, com a música "Vem Quente que Eu Estou Fervendo". Ainda em setembro, vou estreiar na TV Gazeta o programa de entrevistas "Interior".

Como foi o processo de escrever o livro? Você ajudou o Okky de Souza? Estamos há mais de um ano conversando sobre isso. Ele pesquisa, busca informações, e eu ajudo sim. O livro vai ser lançado pela editora Record.

O que o público pode esperar do show de comemoração pelos 50 anos de carreira? É um projeto muito bacana, foi aprovado pela Lei Rouanet e já tenho patrocinadores. A ideia é, a partir deste show, gravar um DVD. Vai ser um concerto com Orquestra Sinfônica e vários convidados que fizeram parte da minha história. Alguns já se foram, mas vou chamar seus filhos para representá-los. Vamos fazer em janeiro ou fevereiro de 2011.

Você continua compondo? Pretende gravar um álbum de inéditas?

Continuo compondo sim. Antigamente eu compunha e passava minhas músicas para outras pessoas. Hoje em dia, prefiro eu mesmo cantar. Não tem no Brasil um cantor certo para o estilo das minhas músicas, que não são sertanejas, apesar de todo mundo confundir. É um country mais próprio, mais caipira, mais roqueiro. Mas nem me preocupo em mostrar músicas inéditas.

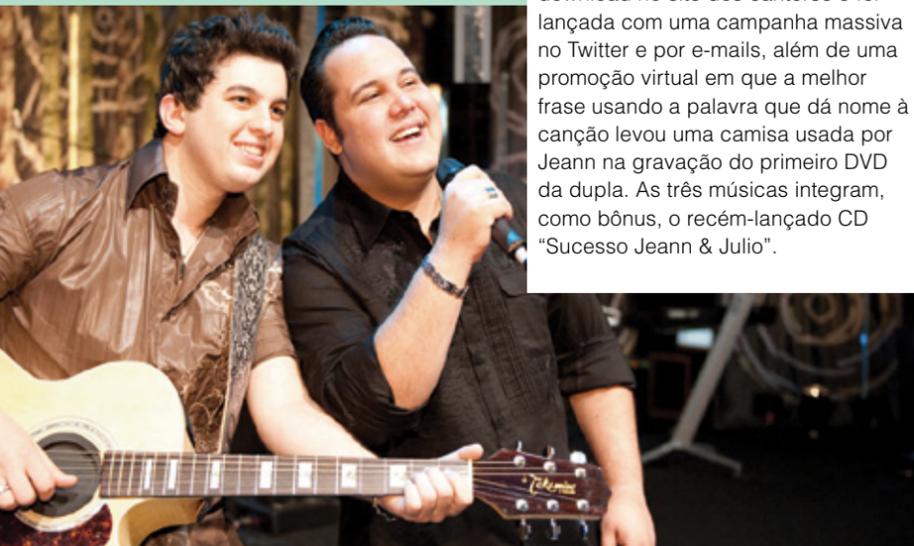


DVD NO FORNO

O gaúcho Eric e o paranaense Matheus, que cantam juntos há quatro anos, acabam de investir em mais um grande projeto. Exponentes do sertanejo universitário, os dois gravaram, no último dia 11, um DVD ao vivo no Victoria Villa, em Curitiba, que acomoda cerca de 4.500 pessoas. O lançamento deve ser em dois meses.

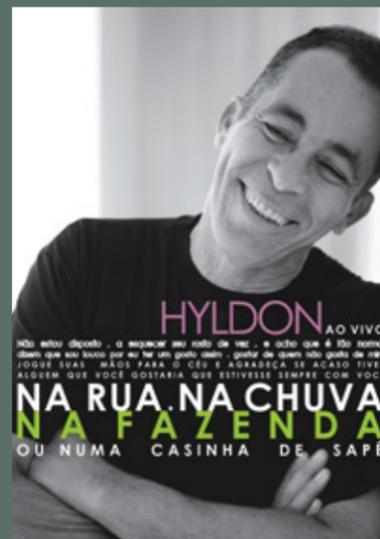
INTERNET COMO PARCEIRA

A dupla paranaense Jeann e Julio aposta na internet como parceira. A música "Gordinho", por exemplo, se tornou um sucesso absoluto nos shows após ser disponibilizada na rede, assim como "Patricinha". Já "Neném" está disponível para download no site dos cantores e foi lançada com uma campanha massiva no Twitter e por e-mails, além de uma promoção virtual em que a melhor frase usando a palavra que dá nome à canção levou uma camisa usada por Jeann na gravação do primeiro DVD da dupla. As três músicas integram, como bônus, o recém-lançado CD "Sucesso Jeann & Julio".



AO VIVO, EM BREVE

O power trio Macaco Bong, de Cuiabá, está finalizando a produção do CD e do DVD ao vivo "Macaco Bong e Convidados". O CD foi gravado no Auditório Ibirapuera, em São Paulo, e o DVD, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte. O lançamento está previsto para novembro. Os convidados são de peso: gente como o rabequeiro Siba, um dos criadores do Mestre Ambrósio; o jovem pianista Vitor Araújo; e o percussionista Jack, do Porcas Borboletas, além do naipe de metais do Móveis Coloniais de Acaju.



HYLDON (RWR/Universal) Já se vão 35 anos da clássica "Na Rua, na Chuva, na Fazenda", e o cantor e compositor Hyldon comemora a data com seu primeiro CD e DVD ao vivo. Além do hit do qual mais se orgulha, ele apresenta sucessos como "Na Sombra de uma Árvore" e "Acontecimento" ao lado de convidados como Bebeto, Mr. Catra e Michael Sullivan.



ROBERTA CAMPOS (Deckdisc)

A mineira Roberta Campos, de Caetanópolis, ganha o Brasil com o charmoso "Varrendo a Lua". No CD, ela reúne nove de suas mais de 200 (!) composições, entre elas a saborosa "Mundo Inteiro", já presente nas rádios, e "De Janeiro a Janeiro", com participação de Nando Reis. A única que não é sua é "Quem Sabe Isso Quer Dizer Amor", de Lô Borges e Marcio Borges, gravada por Milton Nascimento em 2003, e que se encaixa harmonicamente com o restante das faixas.

VIVIAN BENFORD (Independente)

Uma pegada de rock inglês com uma pitada de MPB dão o tom em "Jardim", primeiro CD da carreira solo da carioca Vivian Benford. São sete músicas numa combinação deliciosa, de melodias delicadas, interpretação intensa e um quê de diário, que poderiam compor a trilha sonora da vida de qualquer um. E uma ousadia: o lançamento é apenas virtual e pode ser baixado gratuitamente, ou comprado, no site <www.vivianbenford.com>.



MANNO GÓES (Som Livre)

Baixista e compositor da banda Jammil e Uma Noites, Manno Góes já emplacou sucessos de axé como "Milla" e "Acabou", mas deu um passo para o lado para investir em seu primeiro álbum solo. O CD "E Assim os Dias se Vão" revela seu lado pop, com canções simples e melódicas que falam do cotidiano. Tudo gravado em Los Angeles, com o produtor Torcuato Mariano e instrumentistas americanos.

LANÇAMENTOS



DIVISOR DE ÁGUAS

Por Thaís Britto

A banda Big Allanbik, que ao lado do Blues Etilicos compõe talvez a dupla mais importante do blues no Brasil, se separou em 2002. Ricardo Werther, então integrante do grupo, ficou baqueado. Sentindo-se despreparado para alçar voos solos, ele foi morar em Teresópolis, viu suas filhas nascerem, seu pai falecer e distanciou-se da música. Foram necessários oito anos para voltar aos palcos, e o retorno aconteceu no último mês de abril, com o lançamento do disco "The Turning Point".

O álbum chama-se "The Turning Point". É de fato um divisor de águas?

Creio ser uma ferramenta para a "hora da virada" de estilos que merecem maior exposição e respeito. Pela primeira vez na minha vida musical, pude ter papel e lápis para expressar, de forma livre, toda a minha "educação auditiva" acumulada desde a infância. Fiquei solto para expor o que orbitava no meu universo musical. O jazz e o soul juntos, apoiados pelas várias cadeias harmônicas do blues.

Como foi o processo de escolha das músicas?

Eu levei pelo menos seis meses numa pesquisa histórica que pudesse mostrar às pessoas que você pode associar o blues não somente aos medalhões, como B.B. King, Muddy Waters e tantos outros. Pincei artistas que eram excelentes compositores de blues, mas que à época nunca obtiveram o devido reconhecimento daquele mercado, como Ted Taylor, Geater Davis e George Jackson. No caso do jazz, não podia deixar de mostrar a minha essência musical através do meu pai, Mario Werther, que foi um grande musicólogo e entusiasta deste estilo.

Em diversos textos sobre seu disco, aparece a discussão sobre classificar "The Turning Point" como um álbum de blues, já que ele incorpora outros gêneros...

Acredito que as pessoas rotulem o disco como blues porque eu venho deste gênero. Não é de blues, jazz ou soul, mas são as três coisas juntas. De forma abrangente, sem ser uma colcha de retalhos. Mostra também que blues é dançante, tem balanço, passa sentimentos alegres. A "mistura" nada mais é do que o resultado de anos de cultura, forjados na minha memória.

INTERNACIONAIS

JAPÃO

ONE-STOP-SHOP PARA A MÚSICA

De um lado, sociedades administradoras de direitos autorais; de outro, distribuidores de música digital. Para reduzir o gigante volume de informações que precisa ser trocado quando cada distribuidor tem que se reportar a cada agência individualmente (além dos altos custos que isso envolve), o Japão criou uma central que interliga os dois lados e unifica os processos. Anunciada no ano passado, a Copyright Data Clearinghouse (CDC) coleta dados de vendas online das empresas participantes, converte-os em relatórios separados e os repassa para cada agência. O sistema entrou em operação em abril último, com dez distribuidores e quatro sociedades de direitos autorais cadastrados, e é voltado exclusivamente para grupos japoneses (tanto que o site só está disponível no idioma: www.cdc.or.jp). Porém, uma das idealizadoras, a Sociedade Japonesa de Direitos de Autores, Compositores e Editores – Jasrac, espera que o modelo sirva como exemplo de cooperação para o futuro e possa ser adaptado para usos internacionais.

FINLÂNDIA

DIREITO À VIDA, À LIBERDADE E À BANDA LARGA

A Finlândia acaba de promulgar uma lei que torna o acesso livre à banda larga um direito básico do cidadão. Desde 1º de julho, todo finlandês tem direito de acessar a internet com a velocidade mínima de 1 megabyte por segundo (MB/s) – até 2015, a meta é que essa velocidade chegue a 100 MB/s! Cabe às empresas de telecomunicações oferecerem o serviço aos cerca de 5,3 milhões de habitantes. Enquanto o acesso a informações fica assegurado para todos, um controle antipirataria no molde da lei dos “três passos” (“three strikes”) teria que ser aplicado de forma diferente. Segundo essa proposta, o internauta que trocar arquivos ilegalmente receberia duas notificações e, se não parasse, teria a internet cortada – o que não seria mais possível com a nova lei. A Inglaterra estuda seguir caminho semelhante, e a França aprovou em setembro a lei Hadopi, para aplicar a punição contra os piratas. A promessa era que o sistema francês começaria a funcionar no início do ano, mas até agora nenhuma notificação foi emitida, e acesso à internet algum foi cortado.

MUNDO

ANTIPIRATAS NAVEGANDO JUNTOS

Quer saber como os direitos autorais são protegidos por leis na Islândia, em Burkina Fasso, na Lituânia, no Egito? Ou acompanhar medidas que estão sendo tomadas no mundo todo para combater a pirataria? Para reunir num mesmo endereço os esforços e ideias com este objetivo dispersos pelo globo, a Unesco criou o Observatório Mundial Antipirataria (Wapo, na sigla em inglês). O site reúne diferentes leis de 150 países, notícias sobre novas políticas e informações sobre campanhas de conscientização da população. Além disso, uma seção é dedicada às políticas de maior sucesso – a ser sempre atualizada. A plataforma, anunciada pela Unesco no Dia do Copyright e Dia Mundial do Livro (23 de abril), pode ser consultada em <<http://tiny.cc/xatpe>>.



IRLANDA

RESPONSABILIDADE AOS PROVEDORES

Forte defensor dos direitos autorais, o Bee Gee Robin Gibb deu um basta à omissão de provedores de acesso à internet diante de pirataria digital. Para o músico, esses grupos não podem mais agir como meros transmissores de dados, apoiados no argumento de que a internet deve permanecer neutra. “Convidamos os provedores a assumir a responsabilidade pelo conteúdo com o qual vêm lucrando há anos”, disse ele em discurso transmitido para a conferência anual das Radiodifusoras Independentes da Irlanda (IBI), em maio. De acordo com Gibb, que é presidente da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (Cisac), essa omissão criou uma lacuna que separa autores, de um lado, e provedores, de outro. “Isso precisa mudar”, cobrou ele, frisando que sociedades de proteção a direitos autorais não podem ser vistas como uma pedra no caminho de uma economia digital ou do acesso à cultura. “Direito autoral não é uma barreira ao progresso. É um facilitador do progresso, da criatividade e da comunicação”, destacou.



FIQUE DE OLHO



TEMPORADA JUNINA AGITADA

Há quem, a cada ano, espere ansiosamente a chegada dos festejos juninos para se fartar de bolo de aipim, caldo verde, quentão e outros quitutes. Mas há de se convir que a alma dessa temporada é a música: e, para o Ecad, esse é um período de muito, muito trabalho. Segundo Márcio Fernandes, gerente-executivo de arrecadação da instituição, em 2009 foram arrecadados cerca de R\$ 5,7 milhões no mês de junho. Este ano, a estimativa era de que se passasse um pouco dos R\$ 6,3 milhões, isto é, 11,14% a mais. – Mas, como junho de 2010 foi repleto de eventos por conta da Copa do Mundo de Futebol, muitas festas juninas foram adiadas para julho. Além disso, tivemos uma postura proativa na arrecadação. Por esses fatores, acredito que talvez ultrapássemos essa meta – disse Fernandes. Este ano, em cada unidade da instituição foi estabelecida uma equipe dedicada às festas juninas, que começou com antecedência a fazer um trabalho de captação de informações sobre possíveis eventos, por meio da internet e por telefonemas a clubes, associações de bairro, escolas e mitras, por exemplo. Durante os contatos, era ainda explicada a necessidade do pagamento do direito autoral pelas músicas executadas, e se informava aos organizadores que muitos artistas contam com a arrecadação dessa época. Em 2009, segundo o Ecad, os cinco nomes com maior rendimento nos festejos juninos foram Gonzagão, Tato, Dorgival Dantas, Lamartine Babo e Zé Dantas.



VITÓRIA NA SÉTIMA ARTE

O Ecad conseguiu uma importante vitória judicial contra a rede Box de Cinemas, que mantém salas em Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Paraíba e Pernambuco. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condenou o exibidor a destinar 2,5% de seu faturamento mensal ao pagamento dos direitos autorais, o que beneficiará milhares de artistas que têm suas músicas utilizadas nas trilhas sonoras de filmes. A Box Cinemas é uma das dez maiores redes do país, com 56 salas e faturamento de mais de R\$ 30 milhões. O grupo já voltou a pagar os direitos autorais de execução pública musical, mas ainda está sendo analisado como serão quitados os valores do débito referente ao passado.



UBC NO TWITTER

Você já acompanha a UBC no Twitter (twitter.com/ubcmusic)? Nosso perfil já bateu a marca de mil seguidores. Por lá, você encontra notícias fresquinhas sobre as ações da UBC e o que está acontecendo no país em relação ao direito autoral, além de eventos ligados à música. Esse espaço virtual se tornou um movimentado ponto de encontro entre os associados. Participe!



ACORDO COM O YOUTUBE

O Ecad fechou um acordo inédito com o YouTube: a arrecadação de direitos autorais referentes às músicas executadas nos vídeos exibidos será calculada em cima de um percentual sobre o faturamento do site. O pagamento ao Ecad já começaria este mês. Em breve, a UBC dará mais detalhes.

GERAÇÕES QUE DÃO UM

Num encontro animado numa casa de vila da Praça da Bandeira, no Rio, o grupo Casuarina entrevista Wilson Moreira

Produção de Helena Aragão *
Fotos de Mônica Imbuzeiro



SAMBA

A noite agradável se iluminou na simpática vila da Praça da Bandeira quando os meninos chegaram. Foram recebidos por um senhor de sorriso fácil na casa de paredes azuis e quadros coloridos. Os rapazes do Casuarina (Gabriel Azevedo, João Fernando, João Cavalcanti e Rafael Freire, faltando apenas Daniel Montes) mostraram um misto de intimidade e devoção ao realizar a missão proposta: entrevistar Wilson Moreira, compositor de vários clássicos do samba que participou do DVD do grupo cantando “Senhora Liberdade”, dele e de Nei Lopes, lançado ano passado.

O ex-carcereiro, de 73 anos, conhecido no meio por ser um melodista de mão cheia, adora contar suas histórias envolvendo músicas como “Eu Já Pedi” (que encantou Seu Natal da Portela) e a própria “Senhora Liberdade”, que virou hino político nas Diretas Já.

No último dia 11, o Casuarina, recém-chegado de apresentações pela Europa, levou o Prêmio da Música Brasileira de melhor grupo de samba. Wilson, por sua vez, tem feito muitos shows em São Paulo, onde tem fã-clube que venera suas melodias. “Sou muito músico, modéstia à parte”, dispara. Alguém duvida?

João Fernando: Quando o senhor se descobriu compositor? Wilson Moreira: Com 13 anos já fazia música. Mas não acreditava, naquela época tinha muita fera! (risos) Eu ouvia a rádio Mayrink Veiga, Tupi... Tinha aquele programa do Ary Barroso, eu ficava sonhando em ir, mas morria de medo de levar um “gongo”.

Gabriel: Como é que o senhor foi parar na Portela? Eu era da Mocidade. Fiz um samba de terreiro, “Eu Já Pedi”. Esse samba era uma coisa de louco lá na Mocidade! Um dia eu estava cantando lá, estava animado. O Seu Natal da Portela estava lá, porque a Mocidade era uma escola muito simpática naquela época. Quando desci do palanque, o Seu Natal me chamou: “Você não quer ir para a Portela não?”. Recusei educadamente, disse que era da Mocidade. Mas eu gosto da Portela, sabia que um dia ainda ia parar lá. Aí, em 1968 houve um problema comigo na Mocidade. Fiquei chateado com um episódio, então escrevi uma carta de próprio punho e me afastei da Ala dos Compositores. Ainda tentei ficar na escola, mas não tinha jeito. Um dia eu estava com um amigo que era relações públicas da Portela e acabei indo lá. O Seu Natal estava lá, era presidente de honra. Aí a diretoria me recebeu toda de pé, rapaz! Eles me ganharam ali.

João Cavalcanti: O senhor assiste aos desfiles de escola de samba ainda hoje? Assisto sim, vejo desfile de São Paulo, os do grupo A, vejo tudo.

João Cavalcanti: O que acha da qualidade do samba-enredo de hoje? Acho que tá tudo igual. São Paulo imita o Rio. O que deixou o desfile ruim, na minha concepção, foi esse negócio de cronometragem. Ganhei dois sambas de enredo na Mocidade, em 1962 e 63, no tempo do samba quilométrico. O povo cantou.

Gabriel: As parcerias com o Nei Lopes começaram quando? Um dia encontrei o Delcio Carvalho na Odeon e ele falou que tinha um cara que estava doído para me conhecer. Era o Nei Lopes. Aí me apresentou dizendo que eu botava música até em bula de remédio (risos). O Nei falou que estava cheio de letra para ser musicada. Ficamos parceiros ali, naquele momento, e passamos a nos frequentar.

João Cavalcanti: Você tem feito mais shows em São Paulo que no Rio ultimamente, não é? Tenho fã-clube lá. Quando vou lá, é uma festa, não querem que eu volte... Agora mesmo (a entrevista foi feita no começo de julho) acabei de voltar de Santo André. Eles sabem samba meu que eu não lembro mais!

Rafael: Tem ideia de quantos sambas o senhor já fez? Pra lá de 400. Gravado tem um montão.

João Fernando: O senhor sempre prefere botar uma melodia em cima da letra? Trabalho simultaneamente. Em Padre Miguel, cheguei a fazer a parceria junto, eu e o parceiro criando letra e melodia na hora. Mas parceria é afinidade, tem que sentir, não é com qualquer um. Sou muito músico, modéstia à parte.

Gabriel: O senhor contou tanta história de quando começou... É muito diferente fazer samba ontem e hoje? Admiro o que essa rapaziada faz hoje. Estou compondo uma agora que chama “Creio Nesses Jovens”. Mas a barra tá pesada, não tem como gravar, a divulgação está péssima. Eu participava de programa de televisão, festivais... Hoje em dia não tem mais.

Gabriel: Como é a história de “Senhora Liberdade”, que a gente gravou? Fiquei trabalhando no cárcere muito tempo. O Nei era advogado, mas tinha parado de advogar. Ele falou: vamos fazer um samba do nosso ângulo, você trabalha em um presídio, eu sou advogado. Aí ele fez aquela letra linda. O nome da música não era “Senhora Liberdade”, era “Violenta Emoção”, mas não tinha muito apelo, né? Aí o João de Aquino, que era produtor da Zezé Motta, sugeriu mudar. A música começou a tocar por aí. Teve um dia que eu estava contando os presos e estava tocando no radinho de pilha de um deles a “Senhora Liberdade”. Quando anunciou que era de Wilson Moreira e Nei Lopes, o cara veio correndo e me deu um abraço.

Gabriel: Ela foi muito cantada na época das Diretas Já, não é? Foi sim, virou um hino político. Eu estava na Cidade no dia da passeata. Quando cantaram a música, sentei no meio-fio e fiquei ouvindo. Todo mundo cantando. Uma emoção danada. Sempre me emociono vendo o povo cantando essa música. Teve uma vez que cantei num show. Eu tinha tido um AVC recente, esse meu braço (mostra o braço esquerdo) quase não levantava. Enquanto a música rolava, meu braço foi levantando de uma tal forma que fiquei que nem o Cristo Redentor! O pessoal ficou espantado: foi a emoção da “Senhora Liberdade” que me levantou o braço. 



RAIZ SERTANEJA, ESPÍRITO POP

Os maiores fenômenos de vendas da MPB, hoje, explodem no Centro-Oeste com roupagem pop, grandes shows de som e luz e presença estratégica nas redes sociais

Por Silvio Essinger * Fotos de divulgação



JOÃO NETO (À ESQUERDA) E
FREDERICO: INTERNET É ALIADA

Por muito tempo, foram as capitais litorâneas de grande tradição cultural, como Rio de Janeiro e Salvador, que deram a partida nos movimentos musicais de massa. Mas, dessa vez, vem do interior o maior fenômeno comercial da MPB: o chamado sertanejo universitário. De uns dois anos para cá, os primeiros lugares das paradas de execução e vendagem brasileiras são ocupados por nomes outrora desconhecidos, como os da dupla João Neto e Frederico, de Goiânia (Goiás), e de Luan Santana, de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) – que, apesar de ser considerado fruto do movimento, costuma dizer que nem faculdade fez, e não adere ao rótulo.

De forma bem mais intensa que os astros da explosão da música interiorana nos anos 90, esses cantores adotaram roupas e ritmos de fora do seu tradicional estilo para dar uma nova – e bem mais acessível – cara ao seu trabalho. Luan, João Neto e Frederico representam um novo tipo de sertanejo que faz impactantes shows de luz e som, com grandes telões de LED, guitarras, bailarinas (eventualmente até em cima de trios elétricos) e muitos elementos do pop para atrair um público que não raro ultrapassa as dezenas de milhares de pessoas por apresentação.

– Muitos deles são artistas que estão há vários anos lutando por um espaço no mercado – conta Rafael Andrade, gerente do Departamento Artístico & Repertório da União Brasileira de Compositores (UBC). Lançado recentemente pela Som Livre, braço fonográfico das Organizações Globo, “Vale a Pena Sonhar”, gravado ao vivo em Goiânia, é o terceiro DVD e o quinto CD de João Neto e Frederico, irmãos goianos que são filhos de um ex-integrante de uma dupla sertaneja e iniciaram carreira há sete anos. Depois de vários sucessos locais, como “Pega Fogo Cabaré” e “Não É Chuva de Verão”, eles despertaram a atenção do público do interior de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e assim começaram a ser chamados para se apresentar em grandes festas de rodeio, como as do Peão Boiadeiro de Barretos e de Jaguariúna.

O rótulo de “sertanejo universitário” pode ser perfeitamente aplicado à dupla goiana, já que João se formou em Veterinária, e Frederico, que é o compositor da dupla, em Agronomia. Mas a expressão vale mais, mesmo, é para explicar a forma como muitas das duplas no novo sertanejo conseguiram expandir seu público para as grandes cidades: por intermédio das festas universitárias (que reuniam muitos estudantes do interior, fãs da música sertaneja) e das redes de contatos e rádios online que esses universitários mantinham na internet.

Quem se beneficiou bastante dessa rede foi Luan Santana, hoje com 19 anos de idade e ainda sem planos de entrar na universidade. Ele era um garoto de colégio, de família de classe média de Campo Grande, quando uma gravação caseira, feita num sítio em Jaraguari (MS), foi parar numa rádio na internet. Sem saber o nome do cantor daquela música, “Falando Sério”, o programador batizou o artista de Gurizinho de Jaraguari. Quando se deu conta, o menino era hit também no YouTube e logo começou a fazer shows pelo estado do Mato Grosso do Sul.

De lá para cá, a fama de Luan Santana só fez crescer. No ano passado, ele lançou pela Som Livre um CD e um DVD gravados ao vivo em Campo Grande. Com participações em programas da Globo como “Malhação” e “Domingão do Faustão”, Luan se tornou o grande ídolo teen brasileiro de 2010 – hoje, algumas das músicas que ele gravou, como “Meteoro” e “Você Não Sabe o Que É Amor” (compostas por Sorocaba, da dupla Fernando e Sorocaba), são cantadas pelo

país inteiro. O ex-Gurizinho é o nome de maior sucesso do sertanejo a sair recentemente de Mato Grosso – de lá vieram também artistas de popularidade crescente, como João Bosco e Vinicius (do hit “Chora, Me Liga”) e Maria Cecília e Rodolfo (cuja música “Você de Volta” entrou na trilha da novela “Paraíso”, das 18h, exibida pela Rede Globo no ano passado).

Assim como Luan, João Neto e Frederico sabem usar bem os recursos da internet: seu escritório tem um departamento especializado em divulgação online, cuidando de seu site oficial e de seus perfis em redes de relacionamento. Além disso, eles promoveram, pela internet, um concurso para escolher a dupla que participaria do seu próximo trabalho. Depois de muita votação, David e Del Vecchio, de Curitiba, conseguiram seu lugar em “Só Modão”, CD e DVD que serão lançados em setembro, para mostrar que, apesar de toda a modernidade na embalagem, a dupla de Goiânia ainda preza a tradição do sertanejo. No novo trabalho, eles interpretam velhos sucessos da música caipira, como “Vou Tomar um Pingão”, de Léo Canhoto e Robertinho.

Numa época em que o consumidor de música compra cada vez menos discos e DVDs, a arrecadação dos direitos autorais e conexos se torna fundamental para os novos artistas do sertanejo.

– Eu tenho que mostrar a esse pessoal que é preciso dar atenção a esses direitos, não só à arrecadação nos shows – diz Rodrigo Nunes, produtor executivo da Work Show (firma que empresaria João Neto e Frederico e outros artistas). – Esses direitos podem ser um patrimônio, que passa de pai para filho. São uma boa fonte de renda para o artista... lógico, se bem administrados.

Rafael Andrade informa que a UBC conta com uma estrutura diferenciada para assegurar a arrecadação, com monitoramento online constante.

– A UBC nos tem dado um bom suporte, o que resultou numa significativa melhora na arrecadação de João Neto e Frederico – diz Rodrigo.

– No entanto, a inadimplência ainda é muito grande – alerta Rafael. – Se todos os lugares que tocam os artistas pagassem corretamente, eles estariam numa situação muito melhor.

Para uma onda que se iniciou há cerca de dois anos, no rastro de Bruno e Marrone, Victor e Leo e César Menotti e Fabiano, o sertanejo universitário ainda parece ter muito o que oferecer.

– Há grandes artistas no interior, consolidados nos festivais. E eles abrem caminho para os que estão vindo – conta Rafael Andrade.

Só em Goiânia, o grande celeiro da nova onda, a UBC aposta em nomes como os de Franco Levine (autor de “Difícil”, gravado por João Neto e Frederico), Carlos e Jader (do sucesso “Ah, Tá”) e Marcos Paulo e Rafael.

– No segmento sertanejo, os artistas demonstram um espírito de união: um ajuda o outro. – diz Rafael. – Porque espaço... tem para todo mundo. 



LUAN SANTANA: EX-GURIZINHO
VIROU FENÔMENO

A GENTE FAZ, A GENTE CUIDA

Criadores reagem à proposta de mudanças na Lei do Direito Autoral

Por Aline Coelho



“Queremos apenas fazer nossa música e viver dela. Deixem-nos em paz”. Com esse desabafo, o presidente da União Brasileira de Compositores (UBC), Fernando Brant, resume o sentimento da classe acerca do anteprojeto de lei apresentado pelo Ministério da Cultura (MinC), que propõe modificações na Lei do Direito Autoral, de número 9.610, aprovada em 1998. O texto entrou em consulta pública no último dia 14 de junho, e permanece aberto a sugestões até o dia 31 de agosto. Brant argumenta que a atual lei autoral brasileira nasceu de uma ampla discussão, entre todos os interessados, conduzida por mais de dez anos.

– Nossa lei autoral é muito boa, opinião que colhi com juízes dos Tribunais Superiores. Ela é atualizada e nova. Tem apenas 12 anos, uma infante em termos de legislação. Aperfeiçoá-la sempre será bom, mas detoná-la, como quer o anteprojeto do MinC, será um desastre para todos nós – completa Brant.

Advogada e professora do curso de Direito da PUC-Rio, na área de Propriedade Intelectual, a diretora-executiva da UBC, Marisa Gandelman, explica que a Lei 9.610 é claramente inspirada no “droit d’auteur” – ou “direito do autor” – que nasceu na Revolução Francesa, em 1789, e põe o idealizador da obra no centro de todo o processo. O Brasil, assim como a própria França e a maioria dos países latinos, segue essa corrente, que privilegia os direitos morais e o direito exclusivo de o autor, sem a interferência de terceiros, decidir sobre qualquer utilização de suas criações, podendo inclusive proibir o uso delas.

– Essa lei define o termo “direitos autorais” como os direitos de autor e os que lhes são conexos, estabelecendo o escopo de proteção da lei, equiparando as duas categorias de direitos, e fornecendo o fundamento para a sua gestão em conjunto – acrescenta Marisa.

“QUEM CRIOU É QUE DECIDE O QUE SE FAZ OU SE DEIXA DE FAZER COM A SUA CRIAÇÃO”
NELSON MOTTA, COMPOSITOR

Já o anteprojeto de lei atualmente em discussão se baseou no modelo seguido pelos países anglo-saxões, o do “copyright”, que nasceu no Reino Unido e se desenvolveu nos Estados Unidos, e segundo o qual os objetos de proteção são a obra e sua exploração econômica. Nessa vertente, o autor não tem um direito natural sobre sua criação, mas sim um privilégio estatutário, criado pela lei com a finalidade de garantir benefícios ao titular na exploração. Trata-se, portanto, de uma visão utilitária da obra.

– Há uma mudança profunda na racionalidade da Lei; promove-se uma modificação em seus princípios. Esse anteprojeto é baseado no Direito do Consumidor, e, visto sob esse ponto de vista, não há diferença entre um iogurte na prateleira do mercado e uma composição artística – destaca a diretora-executiva, ressaltando que o anteprojeto foca o viés da remuneração, além de dar ao Estado o poder de interferir em licenças de uso e questões conflituosas envolvendo a cessão de direitos. – As discussões resumem-se, portanto, ao valor cobrado e à fixação desses valores.

O advogado Luciano Delgado, autor do artigo “Escravidão do Direito Autoral”, sobe o tom ao afirmar que tal “escravidão” ocorre justamente em países que não respeitam as garantias e liberdades fundamentais, atropelando-as a qualquer custo.

– É justamente o que pretende o anteprojeto ao intervir na gestão coletiva e ofender direitos morais dos autores, por exemplo. A definição do termo jurídico de propriedade é o de uso, gozo e disposição do bem. O escravo não possui o direito de uso, gozo e muito menos de disposição. E o autor, pelo anteprojeto, terá apenas o direito de criar, sendo-lhe vedado, em inúmeros dispositivos, o direito de usar, gozar e dispor – diz o especialista, para quem a proposta enseja “verdadeiro desestímulo à criação autoral” e é “o início do empobrecimento cultural do espírito em nosso país”.

“MAIS DO QUE MODIFICAR A LEI, TEMOS QUE FAZÊ-LA SER CUMPRIDA”
JORGE VERCILLO, COMPOSITOR

Em artigo no jornal “O Estado de S. Paulo” do último dia 7 de julho, o jornalista e escritor José Nêumanne se embasa na própria Constituição Federal para rechaçar a interferência estatal no processo de arrecadação dos direitos autorais: “A eventual (mas felizmente, ao que parece, improvável) aprovação da nova legislação do direito autoral seria ainda uma sopa no mel para os companheiros que estão no poder federal. Pois as sociedades arrecadoras constituídas pelos próprios autores, e por isso de direito privado, e não público, seriam fiscalizadas por conselhos paritários em que se juntariam representantes dos poderes públicos e da ‘sociedade civil’. Isso tudo contraria cláusula pétrea da Constituição (artigo 5º, inciso XVII), que reza: ‘A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento’”.

Nesse ponto, Luciano Delgado vai além. Para ele, na proposta o “direito do autor é ‘fuzilado’, sob as alegações de (falso) interesse público e (falso) incentivo à criação, desde os casos de limitações até a ingerência do Estado sobre a gestão coletiva”:

– E neste caso (gestão coletiva), a intervenção e o intuito do Estado na apropriação indevida da propriedade alheia são explícitos, sob a desculpa de fiscalizar, impondo ameaças e temor, algo semelhante a um Estado ditatorial.

Artistas protestam

Na comunidade artística, as manifestações contra o anteprojeto fundamentam-se em argumentos semelhantes. No artigo “Harmonias e dissonâncias”, publicado nos jornais “O Globo” e “O Estado de S. Paulo”, Nelson Motta afirma que “quem tem a autoridade é o autor, quem criou é que decide o que se faz ou se deixa de fazer com a sua criação. Cabe à Justiça julgar os conflitos com base na legislação (que precisa ser modernizada), e ao Estado, garantir os direitos e o cumprimento da lei. Já é muito”. E, com a autoridade de quem tem 52 anos de carreira e mais de 300 músicas gravadas – entre elas os sucessos “Cabeleira do Zezé”, “Mulata Bossa Nova” e “Maria Sapatão” –, João Roberto Kelly também critica a proposta de lei:

– O anteprojeto é descabido. Os autores não foram consultados. Aqueles que o elaboraram não conversaram com quem tem prática e experiência no assunto. Não podem impor regrinhas de “pode e não pode”. Considerei uma atitude ditatorial do governo. A criação do Ecad (Escritório Central de Arrecadação de Direitos) e, posteriormente, a Lei do Direito Autoral, vieram coroar o ideal dos artistas.

“O ANTEPROJETO É DESCABIDO”

JOÃO ROBERTO KELLY, COMPOSITOR

Atualmente, o Ecad, com sede no Rio de Janeiro, é administrado por seis associações de música – entre elas a UBC – para realizar a arrecadação e a distribuição de direitos autorais decorrentes da execução pública de músicas nacionais e estrangeiras. Os titulares de direitos autorais são filiados a tais associações, e a Lei 9.610/98 respeita esse princípio da livre associação, comandando a manutenção de um escritório central de arrecadação, e promovendo, dessa forma, a criação e manutenção de um sistema de gestão coletiva de direitos de autor e conexos eficiente – que serve de exemplo no mundo inteiro.

Para a UBC, com o texto do anteprojeto de lei, o MinC coloca as associações sob suspeita, ao alegar que a legislação atual não proporciona segurança jurídica às relações, o que levaria a um número grande de reclamações judiciais. “No entanto, esquece o MinC que, em primeiro lugar, o acesso à Justiça é livre e o litígio discutido judicialmente não pode ser entendido como consequência da lei. Ao contrário, faz parte do sistema democrático. Cabe ao Judiciário se modernizar e se tornar um órgão cada vez mais competente e eficiente, porque conflitos de relações privadas existirão sempre”, destaca um documento de posicionamento apresentado pela associação.

Na opinião do cantor e compositor Jorge Vercillo, “faltou o MinC munir a classe com informações sobre a proposta de anteprojeto. Mais do que modificar a lei, temos que fazê-la ser cumprida, com o fortalecimento, e não o sucateamento do Ecad”, afirma, citando como grande problema enfrentado por artistas e sociedades arrecadadoras a inadimplência. Esta aconteceria, em grande parte, causada pelo não pagamento dos direitos autorais pela maioria dos concessionários de radiodifusão no Brasil.

– Muitas dessas concessões são dadas a políticos. Por que o governo não tenta moralizar e interferir nesta situação? – cobra Vercillo.

Marisa Gandelman conta que foram realizados pelo MinC alguns – poucos – fóruns para discussão de temas afins à classe artística, com convidados determinados:

– Não convocaram as mais diversas categorias de artistas, sejam de literatura, música, fotografia, para discutir profundamente as propostas, ou dar sugestões durante a elaboração do anteprojeto. E, então, anunciaram uma consulta pública na internet. Acho muito pouco para avaliar um tema tão complexo e importante.

“E NESTE CASO (GESTÃO COLETIVA), A INTERVENÇÃO E O INTUITO DO ESTADO NA APROPRIAÇÃO INDEVIDA DA PROPRIEDADE ALHEIA SÃO EXPLÍCITOS”

LUCIANO DELGADO, ADVOGADO

Especializado em fotografia ambiental e graduado em Direito, o fotógrafo Gustavo Pedro vê uma contradição na proposta, quando esta se refere a “usos de interesse público quando não afetar economicamente o autor” (art. 46, parágrafo único).

– O Poder Público é um dos principais clientes do mercado fotográfico, e esta flexibilização para uso didático, educativo, informativo e para pesquisa me parece uma forma direta de afetar o artista da fotografia no bolso. Seria como colocar compulsoriamente o professor na sala de aula e dizer, ao final, que sua atividade não será remunerada porque é de interesse público e existem milhões de brasileiros analfabetos precisando de seu esforço gratuito – diz Gustavo Pedro.

Ele avalia positivamente a iniciativa de se levar o texto à consulta pública, opinião semelhante à do advogado Gustavo Martins de Almeida, especialista em direito autoral que representa juridicamente o Sindicato Nacional dos Editores (Snel). Para Almeida, no entanto, os grandes debates que influenciarão a lei serão travados no Congresso Nacional, e, por isso, o setor cultural brasileiro deve discutir seu futuro, já

“NÃO PRIVEM OS ARTISTAS DE SEUS DIREITOS”

ROBIN GIBB, MÚSICO

que sofrerá grande impacto caso a redação original proposta para o anteprojeto de lei seja mantida. Ele alerta ainda para o expressivo aumento das hipóteses de limitação dos direitos autorais no anteprojeto, que hoje são oito. A proposta do MinC aumenta-as para 18, além de incluir uma cláusula genérica, o parágrafo único do artigo 46, que trata das liberações para fins educativos e sociais.

– Para mim, as principais mudanças dizem respeito à possibilidade de revisão de contratos e à possibilidade de intervenção do Estado quando houver dificuldade na divulgação de obras artísticas – diz.

A discussão teve eco fora do país. Presidente da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (Cisac), o músico Robin Gibb, mais conhecido no Brasil por ser um dos integrantes do grupo Bee Gees, externou a solidariedade da associação mundial aos criadores e autores brasileiros que estão lutando contra as reformas propostas.

“Não privem os artistas de seus direitos”, apelou Gibb ao governo brasileiro. O cantor acaba de ser reeleito por unanimidade para a presidência da Cisac. A UBC foi escolhida, em junho deste ano, como uma das associações que compõem a coordenação mundial.

Por aqui, a redação da proposta é alvo de críticas, ainda, pelas brechas que deixa na interpretação de alguns artigos. Para o veterano maestro, pianista, arranjador e compositor Antonio Adolfo, tecnicamente, o texto sugerido pelo MinC é confuso, apesar de a apresentação da proposta afirmar que ela visa a garantir os direitos de artistas.

– O texto apresenta tendência intervencionista do MinC ao admitir licença não voluntária, ao tentar transferir para o Ministério obrigações e tarefas que seriam de caráter privado, como a fiscalização da arrecadação e da distribuição (repasse) dos direitos – diz Antonio Adolfo.

Jorge Vercillo, neste ponto, é categórico sobre o que deve reger essa relação:

– Acho que cabe o bom senso de cada artista em permitir ou não o uso da obra de acordo com suas convicções. Eu já liberei o uso de canções minhas, gratuitamente, para campanhas educativas e em prol de portadores de necessidades especiais, por exemplo.

Sobre qual seria o futuro dos autores no caso de a proposta do MinC passar, Antonio Adolfo tenta ser otimista:

– Não há condições de essa lei ser aprovada. Ela prejudicaria todos os titulares de direitos, não apenas os compositores, mas os titulares de conexos (músicos acompanhantes,

“ELA (A PROPOSTA DO MINC) PREJUDICARIA TODOS OS TITULARES DE DIREITOS, NÃO APENAS OS COMPOSITORES”

ANTONIO ADOLFO, COMPOSITOR

intérpretes, arranjadores, regentes), as editoras, os produtores fonográficos, além de toda a cadeia criativa (incluindo escritores, cientistas, etc). Além do mais, acabaria prejudicando até os consumidores. A partir do momento em que aniquila os criadores, também está indo contra os apreciadores da boa música, dos bons filmes, dos bons livros...

A UBC vem participando da consulta pública e dando suas contribuições. Não critica o processo, mas acredita que ele não obrigatoriamente resultará em melhoria, ou comentários que possam ser de fato integrados. Para se mobilizar contra esse anteprojeto, basta procurar a sua sociedade, como a UBC, e ver quais as medidas que podem ser tomadas tanto em conjunto, quanto individualmente. A consulta pode ser acessada pelo site <<http://www.cultura.gov.br/consultadireitoautoral>>.



POR QUE A UBC APOIA A LEI 9.610/98?



- Define autor como a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica e estende a proteção às pessoas jurídicas que contratam com autores criadores.
- Determina que pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais da obra que criou. Assim, o autor tem direitos a partir e em razão da criação da obra sem que seja necessário o registro ou o cumprimento de qualquer formalidade.
- Estabelece um raciocínio e a compreensão dos direitos autorais de forma diversa aos direitos da propriedade industrial.
- No que diz respeito aos direitos conexos, equipara o intérprete ao autor, pessoa física, que tem direitos morais e patrimoniais sobre suas criações.
- Ao determinar que todos os direitos pertencem ao autor, a partir e em razão da criação da obra, deixa os direitos do autor intactos, ainda que a obra seja criada por encomenda.
- Possui definições de modalidades de utilização das obras artísticas atualizadas em relação à tecnologia digital e todas as novas formas de difusão de obras por transmissão pela internet ou rede de telefonia móvel, acrescentando à ideia de reprodução o conceito de armazenamento permanente ou temporário em bases de dados.

POR QUE A UBC DISCORDA DO ANTEPROJETO DO MINC?



- Aumenta excessivamente a possibilidade de uso de obras sem prévia autorização de seus criadores e sem remuneração, limitando significativamente o direito exclusivo do autor sobre sua obra.
- Coloca a resolução de conflitos que tenham como objeto obras protegidas por direitos autorais sob responsabilidade administrativa do Ministério da Cultura, para que este atue como árbitro ou mediador.
- Coloca o direito de autor sob a ótica do direito do consumidor e da livre concorrência e, por isso, prevê penalidades para os autores ou mandatários caso exerçam seus direitos de forma considerada abusiva pelos usuários ou consumidores.
- Autores perdem o direito de autorizar ou proibir modificações por terceiros em suas obras, que poderão fazê-lo para fins educacionais e diversas outras situações, inclusive o "uso como recurso criativo", expressão que não deixa claro seu significado e nem a extensão da permissão.
- Cria a licença não voluntária a ser concedida pelo Presidente da República a pedido da parte interessada em utilizar a obra. Propõe fiscalização com poderes de intervenção do MinC no sistema de gestão coletiva.
- Cria a figura da obra de encomenda, cujos direitos são do encomendante, ou do empregador, de forma contrária à lógica da Lei 9.610.
- Coloca sob suspeição a atuação de entidades de gestão coletiva como a UBC.

Pioneiro centenário

Um bate-papo com Francisco Malfitano, um dos fundadores da UBC, que desafia bom humor e memória invejável aos 102 anos

Por Ana Lúcia Borges * Fotos de Ricardo Saibun

"Ritmo é comigo mesmo", dispara o compositor Francisco Malfitano, de 102 anos (completos no último 31 de julho), ao recordar os idos em que, ainda garotinho, fazia graça ao tocar pandeiro entre adultos em animadas rodas ou festas familiares no Rio comandadas pelo tio, o clarinetista e grande "chorão" Alfredinho. Essa foi a primeira incursão no meio artístico desse carioca, nascido no coração da cidade, na Rua Senhor dos Passos, e hoje morador de uma casa em Peruibe, nas proximidades de Santos, onde, conta, "vive uma vida humilde, mas na qual não falta amor". Na conversa lúcida, espirituosa e bem-humorada para esta reportagem, mais de uma vez Malfitano se desculpa, de antemão, caso sua mente o traia: "Aos 102, não somos mais donos da memória; ela foge pelos dedos". Que nada... O passado que ferve na sua mente é de impressionar. E ele, o único vivo entre os fundadores da União Brasileira de Compositores (UBC), recorda, com surpreendente vigor, o contexto em que a sociedade nasceu, em 1942.

– Naquela época, havia a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), que tinha um setor para administrar obras musicais. Em 1938, foi fundada a Associação Brasileira de Compositores e Autores (ABCA), da qual meu parceiro Eratóstenes Frazão era presidente. Mais tarde, em 1942, os esforços do departamento musical da SBAT e da ABCA se uniram, e fundamos, então, a UBC, presidida pelo Ary Barroso – relembra Malfitano.

A meta da UBC, então, ele conta, era "prestigiar o setor".

– Faltava mais organização nesse meio. E a UBC se tornou essa sociedade potente, que melhorou a luta por nossos direitos de arrecadação das músicas executadas. Botou ordem na casa – afirma, mostrando que acompanha o mercado e segue engajado. – Gostaria, ainda hoje, de fazer um trabalho com as rádios. Há aquelas que não pagam o direito autoral...

E como a vida de Malfitano o encaminhou rumo à música? O talento, inegável, foi se desenvolvendo na juventude. – Quando era escoteiro, com uns 15 ou 16 anos, fiz uma marcha, que foi cantada pelo meu batalhãozinho. Éramos escoteiros do mar. Quando havia alguma data comemorativa, sempre tocávamos minha marchinha –

lembra, aos risos, recordando que, depois, chegou a estudar música com o maestro Antão de Oliveira.

Em 1936, rumou para São Paulo. Frequentava o famoso bar Ponto Chic, "onde se inventou o sanduíche bauru", e ali conheceu representantes da Rádio Record, que o convidaram para ser redator de textos publicitários. Logo depois, foi chamado para organizar o elenco da gravadora Columbia, para onde, conta, arregimentou nomes estelares como Silvio Caldas, Aracy de Almeida, Anjos do Inferno (conjunto que ali gravou "Bahia, Oi... Bahia")...

– E também o Déo, que era o terceiro ou quarto cantor no ranking da época, e tocava tangos. Ele gravou "Sinto Lágrimas", composição minha com Aloísio Silva Araújo, que foi um sucesso tremendo. Era uma música sentimental. Nos bailes de carnaval daquele ano, o povo pulava com "Mamãe, Eu Quero" e "No Tabuleiro da Baiana". Mas, na hora de "Sinto Lágrimas", os casais dançavam juntinhos – diverte-se.

Com Aloísio, deu à luz ainda outras composições, como "Onde Vais, Guiomar?". E, do trabalho conjunto com Frazão, resultaram obras como "Pigmaleão" e "Receita Médica" (esta regravação em 2004 pela jovem dupla Alfredo Del Penho e Pedro Paulo Malta). Outro trabalho de Malfitano que ainda hoje dá frutos é "Mente ao Meu Coração", imortalizado na voz de Silvio Caldas em 1938. A música foi interpretada de forma primorosa por Paulinho da Viola na década de 70, e, certa vez, chegou a ser considerada por Moacyr Luz, numa entrevista, a canção com "uma melodia que seria impossível mexer, melhorar". Em 2007, foi a vez de Maria Rita regrava-la, no CD "Samba Meu". Se ele ouviu a homenagem da cantora? Claro.

– A Maria Rita fez um bom trabalho – observa, afirmando que muito daquilo que é produzido hoje em dia no mercado lhe é apresentado pela esposa, Dona Olga, sua companheira há 62 anos, "graças ao bom Deus"; volta e meia, é ela quem lhe traz um CD ou põe algo novo para tocar. – Hoje, graças a ela, tenho tudo o que um homem feliz pode ter. É um mar de rosas, uma vida de muita alegria. Todo dia, durmo com um beijo; acordo com um beijo...

Novos ventos sopram desde março

Os compositores Sandra de Sá e Manoel Nenzinho Pinto estreiam, repletos de planos para o futuro, na diretoria da UBC

Por Ana Lúcia Borges * Fotos de divulgação

Este ano, a chegada do mês de março trouxe novos ventos à UBC: na eleição da diretoria que comandará a sociedade pelos próximos quatro anos, dois estreantes no quadro vieram dar à casa um toque de soul e suingue aliado a muita experiência na área de produção e edição. Escolhidos para os cargos de diretores-vogais, a cantora e compositora Sandra de Sá e o compositor e editor musical Manoel Nenzinho Pinto, diretor-superintendente da Peermusic no Brasil, revelam à Revista UBC como a trama de suas carreiras, costurada ao longo dos anos, os conduziu até esse posto de destaque na luta pelos direitos dos autores. Esta reportagem homenageia, ainda, o diretor-tesoureiro da sociedade, José Loureiro, que faleceu em abril, aos 76 anos, poucos dias após ter sido reeleito para um novo mandato.

Bem-humorada e com um discurso apaixonado, Sandra de Sá diz ter bem clara sua missão como profissional, e confessa prezá-la acima de tudo. Qual é esse norte que a guia?

– Minha missão é dar música. Sem querer puxar a brasa para nossa sardinha, a música é a arte universal. O que existe sem ela? Não há vida. Se o cara está zangado, tem música; se está feliz, se morre alguém... Teatro, cinema: nada rola sem música – desfia a compositora, aos 30 anos de carreira.

Nada mais natural, portanto, que sua trajetória a conduzisse a lutar para garantir que ela e seus colegas tenham direito ao exercício dessa missão.

SANDRA DE SÁ: EMPENHO EM CUMPRIR MISSÃO DE AMOR À MÚSICA

– Sempre me engajei em tudo o que diz respeito à cultura. Defender os direitos autorais, por exemplo, é defender minha missão – comenta Sandra, citando como exemplo o caso do anteprojeto para a reforma da Lei do Direito Autoral proposto pelo Ministério da Cultura, tema de nossa reportagem de capa. – Minha meta é que essa discussão não se torne uma guerra. Tenho fé de que ainda conseguiremos pôr todas as partes na mesma mesa para conversar. O perigo, caso essa proposta seja aprovada, é que, se eu não for mais dona da minha obra, da minha música, essa minha prezada missão será abortada...

O engajamento de Sandra se vê ainda no apoio à campanha pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 98/07, a PEC da Música, que sugere o aumento de incentivos fiscais para o setor fonográfico e o consequente barateamento de CDs e DVDs, o que estimularia o combate à pirataria. A artista também encampa a luta pela extirpação da inadimplência no pagamento dos direitos autorais por composições usadas em execução pública,

– Pegou, usou, tem que pagar! Essa demora no pagamento trava a cultura – diz ela, que sonha, ainda, com o fim do jabá. – Ah, quem sabe não conseguimos extingui-lo?

Sua paixão pela cultura se reflete, é claro, no fruto de seu trabalho, como no CD "ÁfricaNatividade", lançado no começo deste ano, cujos arranjos são inspirados na África. A ideia para esse álbum se acendeu em Sandra quando ela se envolveu no projeto "Quilombo Axé", em 2006, que a levou a conhecer comunidades quilombolas espalhadas pelo país.

– São mais de cinco mil quilombos no Brasil, com uma organização incrível, invejável. Você vê criancinhas de 5 anos cantando músicas da herança africana, mostrando a pureza da dança. É um culto à ancestralidade. Isso me despertou para essa ideia – conta, acrescentando que o próximo passo será o DVD "ÁfricaNatividade – O Documental". – Será uma missão bem maior que um show. Vou visitar cinco quilombos, ficar uns dois ou três dias em cada, conversar com as pessoas, ir às casas, às festas, aos botequins... e fazer o show. Depois, percorrerei Moçambique, Angola e Cabo Verde. Esse material será apresentado em escolas, como um estímulo para as pessoas se capacitarem a ensinar a cultura africana. Por fim, levaremos quilombolas à África, e traremos africanos aos quilombos.

Trajetória igualmente intensa e bem-sucedida tem Manoel Nenzinho Pinto – também conhecido como Manoelzinho. Compositor e editor musical há 40 anos, foi presidente da Associação Brasileira dos Editores de Música (Abem), é diretor-superintendente da Peermusic, a maior editora independente do mundo, e acumula ainda o posto de produtor de discos. Passaram por suas mãos, por exemplo, talentos como a dupla João Paulo e Daniel – este último, aliás, foi produzido por Manoelzinho de 1993 até 2007. Talentoso para revelar sucessos retumbantes, foi o responsável por descobrir Rick & Renner, cujos discos produziu e a quem empresariou até março deste ano. A dupla, cujo primeiro CD foi lançado em 1993, lhe foi indicada por Zezé di Camargo e Luciano.

– Sempre digo a meus colegas que é fundamental fazer parte de uma sociedade voltada para defender seus interesses no que diz respeito à execução pública. Ao ser convidado para a diretoria da UBC, portanto, aceitei o desafio, pois, com minha experiência no mercado, tentarei trazer cada vez mais compositores para seu quadro, e inclusive atrair de volta alguns que estão afastados. E creio que poderei reforçar ainda mais a representatividade da UBC em São Paulo, onde moro e tenho grandes amigos compositores – conta ele, cearense de Itapipoca, que nos anos 80 enxergou o imenso potencial do sertanejo no interior do país e chegou a reunir 40 compositores, focados em criar obras para duplas como Chitãozinho & Xororó, para quem ele mesmo compôs canções, como "O Que Mais Você Quer de Mim".

Como compositor, lembra que seu auge foi nos anos 70, quando teve 46 músicas gravadas, muitas delas pelo cantor Paulo Sérgio – como a canção "Amor Tem Que Ser Amor", parceria com Cassiano Costa. Teve obras gravadas ainda por Reginaldo Rossi, e, nos anos 80, hits na voz de Carlos Alexandre. A década de 90 foi marcada por músicas compostas em parceria com Penninha, inclusive eternizadas por João Paulo e Daniel. Hoje, Manoelzinho reúne, como editor, 20 compositores exclusivos, e, entre seus lançamentos na linha de produção, aposta no potencial de Franco Levine (de quem falamos também na reportagem da página 10), a quem produz e empresaria, e no novato Cesar Diniz, de perfil sertanejo-romântico.

– Continuo no mesmo negócio, mas sempre correndo atrás de novos nomes, novos talentos, novas canções... – comenta. 



MANOEL NENZINHO PINTO: META É TRAZER MAIS COMPOSITORES À UBC

Foto: Divulgação

JOSÉ LOUREIRO: EXPERIÊNCIAS QUE DARIAM UM LIVRO...

O diretor-superintendente da UBC, José Antonio Perdomo Corrêa, recorda com carinho os 30 anos de amizade que manteve com José Loureiro, diretor-tesoureiro da sociedade – 21 dos quais experimentados durante o convívio na associação. Ele lembra que incentivou Loureiro a aceitar a possibilidade de ser reeleito para o cargo.

– Eu o convenci a continuar ativo, e ele me disse que eu tinha razão. Nosso plano era o de sempre: fazer a UBC crescer. Íntegro, era o homem certo para cuidar do dinheiro. E era um de meus maiores amigos – lembra Perdomo, recordando que Loureiro se juntou ao quadro da UBC ao se aposentar. – Ele deveria ter escrito um livro com suas experiências, sempre lhe disse isso.

E de fato não lhe faltavam boas memórias. Um profissional de destaque durante os movimentos Tropicalista e da música de protesto, começou a atuar como editor ainda na época da Companhia Brasileira de Discos (CBD), que mais tarde se converteu em Polygram. Apaixonado e, segundo Perdomo, um grande vencedor, editou compositores como Caetano Veloso, Gal Costa, Maria Bethânia, Chico Buarque...

– Ele teve uma trajetória brilhante, começou de baixo até chegar a diretor no Brasil de direitos autorais de uma grande empresa. Quando era garotinha, lembro-me dele virando a noite trabalhando, envolvido com os festivais da época... – conta Rita Loureiro, sua filha, acrescentando que um dos motivos que acalentam a ela e a seu irmão, César, neste momento, é o fato de todas as manifestações de pesar dos conhecidos de Loureiro ressaltarem o quanto ele era querido. – Temos a certeza de que ele era um sujeito bacana!

Nos anos 80, o braço editorial da Polygram, Chappell-Intersong, foi vendido à Warner. João Gonçalves, hoje diretor-presidente da Warner Chappell no Brasil, conviveu com Loureiro até sua aposentadoria, e conta que aprendeu muito com ele:

– Era uma pessoa com conhecimento muito vasto e profundo no ramo editorial, muito conceituado e respeitado. Cada explicação sua era uma aula. Sua capacidade era admirável, e não só pelo lado gerencial, mas também por todos os aspectos do direito autorar.



Foto: Álbum de família



Foto: Washington Possato

CAUDA PERNAS CURTAS

Economista-chefe da PRS for Music, Will Page refuta ideia de que o futuro é vender “menos de mais”, lógica que não leva em consideração os limites da demanda

Por Júlia Dias Carneiro * Foto de divulgação

No fim de 2004, Will Page ficou fascinado ao ler o artigo da revista “Wired” sobre a teoria da cauda longa aplicada à indústria musical e do entretenimento. Nos dois anos seguintes, manteve-se ativo no blog onde o autor da ideia, o jornalista Chris Anderson, discutia o assunto enquanto escrevia o livro “A cauda longa – do mercado de massa para o mercado de nicho”, lançado em 2006. Foi naquele mesmo ano que o escocês Page se mudou para Londres para trabalhar com a indústria musical. Virou economista-chefe da PRS for Music, a maior sociedade de direitos autorais do Reino Unido, que cuida hoje dos royalties referentes a 10 milhões de títulos. E começou a desconfiar da panaceia que se apresentava.

A ideia da cauda longa defende que o futuro não está mais em poucos hits que geram milhões, e sim em milhões de pequenos nichos que se somam. O futuro seria vender “menos de mais”. Mas o que acontece quando milhões de títulos conseguem, de repente, um espaço ilimitado numa estante virtual? Com a pergunta em mente, Page se debruçou sobre um livro de matemática de 1956 para estudar a curva da demanda de vendas digitais. E concluiu que a lacuna entre a “cabeça” e a “cauda” está aumentando, e que, enquanto um extremo fica ainda mais rico, o outro fica na penúria. Em entrevista à Revista UBC, o economista explica que a teoria da cauda longa é falha em não considerar a demanda – que não acompanha a explosão de oferta no mundo digital.

Quais foram as principais fraquezas que você identificou na teoria da cauda longa? O livro é focado na oferta, ou seja, no que acontece quando milhões de produtos chegam ao mercado. Porém, o que ele não levou em consideração foi a demanda. Voltando ao argumento inicial da teoria, uma loja de CDs trabalha com quatro mil álbuns, enquanto um site como o Rhapsody oferece 1,5 milhão de títulos. Hoje há ainda mais opções, com serviços como iTunes e Spotify, que oferecem 10 milhões de títulos aos consumidores, todos disponíveis em um clique. A oferta explodiu indiscutivelmente. Entretanto, o trabalho que eu fiz observa a demanda. Uma vez que o produto estiver disponível online, quem vai querer comprá-lo?

LONGA,

Pode-se falar em uma demanda ilimitada no meio digital? Não. A economia ensina sobre restrições, e isso também se aplica à demanda por conteúdo digital. Essa restrição pode se referir ao consumo ou mesmo à atenção. O consumidor tem tempo e dinheiro limitados para alocar em música, e outras formas de mídia estarão competindo por esse mesmo dinheiro.

Existe de fato uma “cauda longa” no mercado da música? Sim e não. Sim, porque do lado da oferta existe uma “cauda longa” de música disponível para o consumidor. E não porque, do lado da demanda, grande parte do consumo se baseia numa quantidade restrita de músicas. Os defensores da cauda longa esquecem que é necessária a interseção de duas curvas para completar um mercado.

Com o meio digital, produtos de público menor terão mais chance de sobreviver com as vendas de “mais de menos”? “Mais de menos” implica “menos de mais”, o que, por sua vez, causa anomalias. Quem no mundo do marketing vai querer vender menos de um hit de sucesso? Quando você tem um hit, cada unidade adicional acrescenta à margem de lucro, numa escala simples. Esse aspecto está seriamente relacionado à sobrevivência dos itens menos populares. Menos artistas poderão fazer turnês nos Estados Unidos baseando-se em números de vendas digitais, ou muito menos pagar seus alugueis. Isso fica mais claro nas palavras de Jeff Zucker [presidente da NBC], quando diz: “Uma estratégia digital é difícil, em parte, porque você está trocando dólares analógicos por centavos digitais”.

Numa entrevista, você disse que a cauda longa significa uma coisa se você é um agregador de lucros, e outra quando você é um detentor individual de direitos autorais. O que representa para cada um? O agregador tem um portfólio de ativos no qual pode investir. De volta às regras antigas, ele pode ter um hit para compensar por dez perdas. Já no âmbito individual, não há portfólio. O valor dos royalties que esses indivíduos recebem por seu repertório não pode crescer em escala. Tudo o que eles veem são os centavos digitais a partir da exploração de seu trabalho.

Você teve acesso a uma grande quantidade de dados sobre vendas digitais. Como a sua pesquisa foi conduzida? Andrew Bud, fundador da companhia mBlox [considerada a maior rede de transações via celular do mundo], foi a inspiração que me fez ler um livro de matemática escrito por Robert Brown 50 anos atrás, e aplicar a mesma metodologia aos dados da música digital. Brown estava 50 anos à frente do seu tempo. Com seu método, podemos traçar uma distribuição logarítmica normal do que Chris Anderson previu ser uma distribuição de Pareto [princípio segundo o qual 80% dos efeitos são produzidos por 20% das causas]. Em linguagem simples: o que descobrimos para vários serviços de música digital, em vários formatos, é uma distribuição centralizada e curta, baseada majoritariamente em hits de sucesso.

Você levou em consideração o consumo de produtos pirata? Sim. Completamos uma publicação inteiramente baseada na cauda longa aplicada ao peer to peer (P2P). As conclusões básicas foram que o P2P é uma distribuição similar ao mercado legal, na medida em que se baseia em hits de sucesso. Ou seja, o que é popular vai ser popular independentemente do mercado, seja legal ou ilegal.

Durante a pesquisa, você considerou também as novas possibilidades oferecidas pela web 2.0, como a recomendação de conteúdo? Sim. E mais: observamos o formato da demanda para serviços como Spotify e We7 e descobrimos uma regra 90/5. O que acontece é que 5% das músicas de mais sucesso geram 90% dos fluxos. Isso é fascinante, pois mesmo com serviços legais de streaming sob demanda, ainda se vê uma separação entre a cabeça e a cauda, um fenômeno onde “o vencedor leva tudo”.

Como você resumiria as conclusões do estudo? Enquanto a curva da oferta explode, o consumidor não só tem mais escolhas, como também é apresentado a elas com mais barulho. Mas, enquanto as receitas caem, menos e menos artistas recebem o investimento necessário para sobressair em meio ao barulho. Outros artistas recebem bastante, portanto a desigualdade é crescente. A disparidade entre ricos e pobres aumenta, em vez de diminuir.

Depois desse estudo, que conselho você dá a detentores de direitos autorais? Que administrem expectativas e sejam realistas sobre o que essa oportunidade pode trazer. Não acho que muitas bandas chegando agora vão conseguir financiar turnês internacionais com sua renda digital. O fato de meu trabalho mostrar que a cauda longa não funciona para a música não significa que nunca funcionará, e nem que não funcionará em outras formas de mídia, tais como filmes, TV e livros. O que sabemos é que o conceito de menos de mais (“less of more”) vendeu MUITO em livrarias de aeroportos ao redor do mundo! Mas ainda não está claro como essa teoria ajuda a problemática indústria musical a fazer mais dinheiro, não ignorando também o compositor tentando garantir a sua sobrevivência. **C**

PÉ NO BRASIL

Interessado em world music desde os 13 anos, foi ao ver Eumir Deodato tocar no North Sea Jazz Festival em 2002 que Will Page percebeu “o quão profunda” é a música brasileira. Desde então, o economista tem uma forte ligação com a nossa música, tema de muitas de suas colaborações para a revista “Straight No Chaser”, e com as histórias por trás dela. “Estou interessado em como a música brasileira viaja tanto quanto em como ela soa”, descreve ele. “Se há uma característica única, é que ela cria uma imagem de sol toda vez que você ouve a sua estrutura rítmica maravilhosa. Isso é especialmente útil quando você vem da Escócia, onde temos apenas duas estações: inverno e junho”.

Quem é quem na UBC

Por Thaís Britto *
Fotos de Bruno de Lima

Departamento de Relações Internacionais

Conhecida mundialmente por sua qualidade, não é raro ver a música brasileira figurando em filmes e shows mundo afora. Para cuidar de todos os contatos estrangeiros, a UBC dispõe do Departamento de Relações Internacionais, liderado por Rafael Barbur. O responsável pelo setor, que trabalha há três anos na UBC, tem a companhia de funcionários de outros departamentos no seu dia a dia. É esse companheirismo que ele destaca como sua parte favorita do cotidiano. "O que curto mais no meu trabalho é mesmo o ambiente. As pessoas são espontâneas, alegres, unidas. É um ambiente de cooperação", define.



RAFAEL BARBUR

O departamento também cuida do cadastramento dos compositores no código CAE/IPI, importantíssimo para os trâmites internacionais. Uma vez registrado nessa base de dados, o autor passa a ser identificado em todo o mundo por meio de um sistema online. Como definiu Barbur, uma espécie de "CPF de compositor". É ele quem gera este número internacional para todos os titulares da UBC. Ele conta ainda com a ajuda do departamento de distribuição para administrar a burocracia em relação a pagamento, câmbio e documentação.

Departamento de Atendimento

Apesar do nome, o Departamento de Atendimento não é exatamente o setor da UBC que mantém contato estreito com os compositores. Mas é sua equipe que faz de tudo para controlar documentação e reunir as informações necessárias aos associados. Toda solicitação, toda dúvida e todo esclarecimento passam pelo time de seis pessoas liderado pelo gerente Marcio Ferreira, que é também o canal entre o associado e o Ecad.



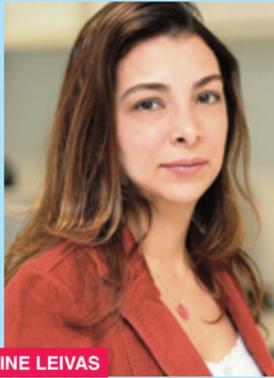
MARCIO FERREIRA

O primeiro registro das novas obras – que depois será devidamente catalogado pela equipe da Documentação – é atribuição do Atendimento. Mas, segundo Ferreira, a maior parte do volume de trabalho do departamento é cadastrar novos titulares e fazer a manutenção dessas informações. Segundo ele, são cerca de 200 novos associados por mês nos últimos tempos. "Também somos responsáveis por todos os conflitos autorais e por regularizar obras cadastradas mais de uma vez", conta Ferreira.

Apesar de centralizado no Rio de Janeiro, o atendimento tem ainda suas vertentes regionais. Nos estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília, há filiais que cuidam de encaminhar os compositores ao lugar certo.

Departamento de Documentação

Os 11 funcionários que trabalham com Aline Leivas, gerente do Departamento de Documentação, fazem pulsar o coração da UBC. São eles os responsáveis por cadastrar a documentação de todas as obras que chegam à instituição. A maioria destes cadastros é feita eletronicamente, e não é pouca coisa: em junho, por exemplo, foram cerca de sete mil obras, além de 580 fonogramas e 100 relacionados a produções audiovisuais. "A gente precisa fazer o trabalho mais perfeito possível para que tudo corra bem e o titular receba seu pagamento", explica a gerente, que adora e ouve música quase o dia todo desde pequena.



ALINE LEIVAS

No dia a dia, cada um é responsável por um tipo de registro, sejam músicas, fonogramas ou audiovisuais. Segundo Aline, a equipe é bem eclética em seus gostos musicais, o que faz com que todos tenham prazer especial em cuidar de seus artistas prediletos. Outra atribuição do departamento é cuidar dos créditos retidos. Trata-se das execuções captadas pelo Ecad em rádios, TVs e shows, mas não identificadas pela base de dados deles. Ela brinca dizendo que, nestes casos, rola até competição. "Isso é uma unanimidade no setor. Todo mundo gosta de pesquisar e conseguir descobrir a quem devemos pagar no caso de obras não identificadas, e, nessas pesquisas, muitas vezes nos divertimos bastante. Há disputas entre os colegas de quem libera mais retidos ou quem descobre os casos mais difíceis. Quando alguém consegue 'desvendar' um grande mistério no crédito retido tem até comemoração", conta.

Departamento Artístico e Repertório

Vitrine da UBC, o Departamento A&R, como é conhecido na instituição, é responsável pelo relacionamento com os associados. Orientar as decisões dos compositores em tudo relacionado aos direitos autorais é o grande desafio dos quatro funcionários capitaneados pelo gerente Rafael Andrade. "Nós fazemos também a captação de novos titulares. Nossa função é sempre tentar atingir níveis maiores de excelência na gestão das obras dos artistas", define Andrade.

O negócio dessa equipe é o relacionamento, então dá para imaginar a quantidade de histórias que eles guardam. E elas vão do violão desafinado que sempre chamava a atenção dos compositores que visitavam a sede da UBC à presença de um dos mais queridos funcionários da instituição. "Só o A&R tem na equipe o detentor de uma história tão admirável quanto a do compositor, técnico de som e produtor musical Nivaldo Duarte. Ao longo de 50 anos de carreira em gravadoras e rádios, passaram pela sua mesa de som alguns dos maiores nomes da nossa música. Até hoje ele guarda o fone de ouvido que ganhou de presente de Elis Regina", conta o gerente. 



RAFAEL ANDRADE



TALENTOS RECONHECIDOS

A UBC dá parabéns aos associados indicados para o VMB 2010, premiação da MTV Brasil! O evento ocorre em 16 de setembro

ARNALDO ANTUNES

- Artista do Ano
- Show do Ano

CAPITAL INICIAL

- Artista do Ano
- Clipe do Ano, "Depois da Meia-noite"
- Show do Ano
- Rock

MALLU MAGALHÃES

- Artista do Ano
- Clipe do Ano, "Shine Yellow"
- Pop

SKANK

- Artista do Ano
- Clipe do Ano, "Noites de um Verão Qualquer"
- Hit do Ano, "Noites de um Verão Qualquer"

CINE

- Clipe do Ano, "A Usurpadora"

MOMBOJÓ

- Clipe do Ano, "Pa Pa Pa"

HEVO 84

- Revelação

CÉU

- MPB

LUCAS SANTTANA

- MPB

MV BILL

- Rap



I CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS

Para estimular a pesquisa, a produção intelectual e o desenvolvimento do Direito Autoral no Brasil, a UBC receberá, até 28 de fevereiro de 2011, trabalhos acadêmicos sobre **Direito Autoral Musical** para o seu **I CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS**

INSCRIÇÕES:

Universitários, pesquisadores, professores e profissionais (com diploma de graduação) poderão submeter trabalhos.

As inscrições serão feitas mediante o envio dos seguintes documentos:

- Ficha de inscrição disponível no site www.ubc.org.br/concurso devidamente preenchida e assinada;
- Três exemplares da sua monografia, tese ou dissertação com adequação às normas ABNT;
- Carta de recomendação do orientador (se houver).

O TRABALHO DEVERÁ SER ENVIADO PARA O SEGUINTE ENDEREÇO:

União Brasileira de Compositores - Departamento de Comunicação
Rua Visconde de Inhaúma, 107 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20091-007.

Para ler o Regulamento completo acesse o site www.ubc.org.br/concurso

**MOBILIZE
PARA
PROTEGER
O DIREITO
DO AUTOR!**

Premiação:

1º lugar: R\$ 3.000,00

2º lugar: R\$ 2.000,00

3º lugar: R\$ 1.000,00

Informações:

Departamento de Comunicação
21 2223-3233 - comunicacao@ubc.org.br



A União Brasileira de Compositores é uma sociedade de autores sem fins lucrativos que tem como objetivo a defesa e a distribuição dos rendimentos de direitos autorais e o desenvolvimento cultural.

www.ubc.org.br

Faça música, a gente cuida do resto...